

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS**

Mariana Galdino de Souza

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

**ITUVERAVA
2014**

MARIANA GALDINO DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Fundação Educacional de
Ituverava, Faculdade de Filosofia, Ciências
para a obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.**

**Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Lucimary
Bernabé P. de Andrade**

**ITUVERAVA
2014**

MARIANA GALDINO DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Fundação Educacional de
Ituverava, Faculdade de Filosofia, Ciências
para a obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.**

Ituverava, ____ de _____ 2014.

Orientadora: _____
Prof^a Dr^a Lucimary Bernabé P. de Andrade

Examinador: _____

Examinador: _____

DEDICATÓRIA

Dedico totalmente este trabalho de conclusão de curso aos meus pais João Galdino e Maria Helena Volpini que mesmo sem acesso e disponibilidade a educação em seu passado por determinados motivos, mantiveram o apoio e a responsabilidade de me incentivar e proporcionar a educação em todos esses anos. Por seu amor, amizade, compreensão, cuidado, carinho, dedicação, confiança, proteção e incentivo que mantiveram incondicionalmente sempre por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida, pela sua força que sempre me iluminou durante todo o meu caminho de conquistas e realizações, e todas as suas bênçãos sobre mim.

Aos meus pais João Galdino e Maria Helena Volpini que sempre acreditaram e me apoiaram em todos os momentos de minha vida. E assim sempre estiveram presente proporcionando muito amor, educação, carinho, fé, cuidado, segurança, paz e proteção.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Lucimary Bernabé P. de Andrade que sempre esteve em disponibilidade, responsabilidade, profissionalismo, paciência e confiança para realização e conclusão deste trabalho.

Muito obrigada!

A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo

Nelson Mandela

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender o percurso histórico da educação infantil e os aspectos que caracterizam nos dias de hoje uma educação infantil de qualidade. Desta forma, o objetivo do estudo é analisar a qualidade da educação infantil em duas instituições, a partir de três aspectos elencados pelos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. O trabalho é de cunho qualitativo realizado por pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com a aplicação do questionário e observação. O resultado da pesquisa revela que as instituições pesquisadas atendem, parcialmente, aos padrões estabelecidos pelos indicadores e que novas conquistas precisam ser realizadas para a efetivação de uma educação infantil de qualidade.

Palavras chaves: Educação Infantil. Creche. Pré-escola. Qualidade

SUMMARY

The present work seeks to comprehend the historical course of children education and the aspects which characterize quality children education nowadays. Thus, the objective of this study is to analyze the quality of children education in two institutions based on three aspects listed by Children Education Quality Indicators. It is a qualitative work developed by bibliographical research and fieldwork with the appliance of a questionnaire and observation. The results of the research reveals that the studied institutions attend, partially, the patters stablished by the indicators and that new conquests need to be made in order to actualize a quality children education.

Keywords: Chidren Education, Day Care Center; Kindergarten; Quality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	14
2.1 Construção histórica	14
3 AO ASSISTENCIALISMO À CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL CIDADÃ	18
3.1 Mudanças históricas, e novos rumos da educação infantil.....	18
3.2 Assistencialismo	18
3.3 Educação infantil em termos de legislação	20
3.4 A relação do cuidar e educar na educação infantil	22
4 A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL	24
4.1 Conceitualização de qualidade	27
4.2 O perfil do profissional da educação infantil	29
4.3 Proposta pedagógica	31
4.4 O espaço físico da educação infantil	34
4.5 Indicadores da qualidade na educação infantil	36
5 A PESQUISA	41
5.1 PERCURSO METODOLÓGICO	41
5.2 Caracterização do universo de pesquisa	42
5.3 Discussão e análise de dados	43
5.3.1 <u>Profissional da educação infantil</u>	43
5.3.2 <u>Proposta pedagógica</u>	45
5.3.3 <u>Espaço físico</u>	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

Para que a educação infantil fosse reconhecida como primeira etapa da educação básica foi necessário um processo histórico marcado por conquistas e avanços, dentre eles o rompimento com a visão assistencialista no atendimento das creches; o reconhecimento legal da criança como sujeito de direitos e a valorização da infância, como fase importante do desenvolvimento humano.

Diante de toda trajetória histórica percorrida pela educação infantil é importante que a questão do direito seja assegurada com qualidade. A discussão do que seja uma educação infantil de qualidade é bastante complexa, tendo em vista que o termo qualidade é perpassado por diversos fatores, dentre eles valores, contexto histórico, cultura, dentre outros.

Dentre os documentos legais que tem regido a educação infantil no Brasil foi elaborado em 2009 o documento “Indicadores de qualidade para Educação Infantil” o qual tem subsidiado pesquisas sobre a qualidade das instituições de educação infantil no país. Dentre os indicadores são destacados a formação e valorização do profissional da educação infantil, a elaboração e implementação da proposta pedagógica, o espaço físico, dentre outros.

O interesse pelo tema foi escolhido para compreender a atual situação da educação infantil em relação a sua trajetória histórica, inclusive abordar se esta educação infantil apresenta qualidade em determinados princípios que são relevantes: perfil do profissional, proposta pedagógica e espaço físico.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade da educação infantil em duas instituições, a partir de três aspectos elencados pelos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil: o perfil do profissional da educação infantil, a proposta pedagógica e o espaço físico.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, que busca compreender e averiguar a qualidade da educação infantil, estudando alguns dos indicadores apresentados no documento: perfil do profissional, proposta pedagógica e espaço físico. A pesquisa é fundamentada em importantes documentos como Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, Parâmetros Nacionais de Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, entre outros, com o apoio bibliográfico de autores como Oliveira (2002), Kuhlmann (2000), Paschoal e Machado (2009). Para a pesquisa de campo foram utilizados os instrumentais de observação nas práticas do cotidiano das instituições pesquisadas e aplicação de questionário

com questões fechadas sendo as entrevistadas as educadoras e gestora da creche e as professoras e gestora da pré-escola.

No primeiro momento desta pesquisada é enfatizado toda a construção histórica da educação infantil visando desde o atendimento assistencialista, a inserção indissociável do cuidar e educar, até os principais fatos e acontecimentos importantes para a valorização do principal sujeito: a criança e os progressos que a educação infantil conquista em meados da década de 1980 em relação à legislação.

No segundo momento a pesquisa é ampliada para compreensão da educação infantil de qualidade, conceitualizando o termo qualidade e caracterizando os componentes perfil do profissional, proposta pedagógica e espaço físico como meios de qualidade que a educação infantil abrange em sua prática.

No terceiro momento, este trabalho ganha espaço para a pesquisa de campo que é realizada para observar na prática como esta qualidade da educação infantil, analisando uma creche filantrópica e uma pré-escola municipal. A pesquisa de campo é estruturada por observação da rotina de ambas as instituições infantis, questionário fechado entregue as profissionais da área de gestão e pedagógica e como complementação os pontos relevantes das conversas com estas profissionais. As instituições infantis pesquisadas não apresentaram diferença pela característica da creche filantrópica e da pré-escola municipal. Foi utilizado os instrumentais Indicadores de Qualidade na Educação Infantil como referência para análise e avaliação dos componentes que marcam a educação infantil de qualidade.

Sabemos que a construção da educação infantil é perpassada por um processo histórico e que ainda está em construção, sendo um desafio aos profissionais da educação infantil contribuírem para a efetivação de uma educação de qualidade às crianças de 0 a 5 anos. Espera-se que esta pesquisa fomente a reflexão sobre alguns indicadores necessários para a qualidade na educação infantil e possa contribuir ainda, para novos debates e pesquisas sobre o tema.

1 O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Paschoal e Machado (2009) de acordo com o ponto de vista histórico a educação da criança foi sob a responsabilidade da família durante séculos, porque no convívio com adultos e outras crianças sua participação baseava em tradições, aprendizagem em normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, a criança tem oportunidade de vivenciar em um ambiente de socialização, convívio e aprendizado sobre sua cultura em diferentes interações.

Entretanto antigamente e durante muito tempo a educação da criança era considerada tarefa e responsabilidade da família ou do grupo social da qual ela pertencia. Os conhecimentos a serem aprendidos eram aqueles que seu laço social e familiar proporcionava para as suas necessidades de sobrevivência material e enfrentamento das exigências da vida já adulta. Deste modo, não havia nenhuma instituição para complementar juntamente com a família e responsabilizar pela educação da criança, permitindo assim que a educação infantil é algo recente na educação que tem como forma complementar a família. Para toda a transformação histórica das instituições de educação infantil, foram necessários modificações na sociedade em relação ao pensamento do que é criança e a importância ao momento chamada infância. Familiares mais antigos podem em uma discussão estabelecer como era o tratamento em relação à infância, o tipo de educação que se recebia e quem eram estes mediadores do conhecimento. Em conclusão da discussão pode se chegar a diversas respostas variadas de épocas com as considerações de educação e infância presente em mudanças da qual nem sempre de progresso e avanços. (BUJES, 2001).

Para Oliveira (2002) a estrutura familiar tradicional foi modificada devido à urbanização e a industrialização nos maiores centros urbanos já no início do século XX em relação a cuidados dos filhos ainda pequenos. Devido à maioria da mão de obra masculina adquirida na lavoura, foi necessário o número de mulheres aumentarem no trabalho, já o problema dos cuidados aos filhos dessas famílias enquanto trabalhavam não foram consideradas pelas indústrias, deste modo que as mães buscavam soluções emergentes para a família ou até mesmo busca de outras mulheres que proporcionavam cuidados em troca de dinheiro, que eram conhecidas e chamadas como “criadeiras”.

Tal processo de mudanças como a participação da mulher ao trabalho, as diferenças da estrutura familiar devido a este fato, e novos percursos relacionados a cuidados da criança foram organizados processos de atendimentos com criação de creches, escolas maternas, parques infantis e os jardins de infância em diversos países como exemplo: Europa, Estados

Unidos e Brasil. Ambos foram realizados em conquistas, reivindicações operárias e discussões em momentos políticos.

Com a chegada de imigrantes europeus no país, a atuação da mulher no setor operário foi decrescente no início do século, tais imigrantes tinham características como de sexo masculino e produtivos. Mesmo com a necessidade de auxílio ao cuidado dos filhos pequenos relacionado ao sistema econômico, esta ajuda não foi considerada como dever social, mas como favor prestado e ato de caridade de certas pessoas. Foi organizado pelos imigrantes trabalhadores qualificados e politizados em contato com os movimentos que aconteciam na Europa e Estados Unidos a procura aos sindicatos por seus direitos em lutas e protestos contra devidas situações: precariedade de trabalho e vida com baixos salários, longas jornadas de trabalho, entre outros. Nestas reivindicações por parte do movimento operário na década de 20 e início dos anos 30 foi indicado melhoras de condições de trabalhos, de vida a existência de locais para guarda e atendimento das crianças enquanto as mães trabalhavam. Mas tal reivindicação não foi de acordo no movimento operário, por não haver condições de todos envolvidos com consenso. Certas modificações a partir dos empresários foram benefícios sociais com intuito de enfraquecer os movimentos operários, entre outras ações ocorreu à fundação de creches e escolas maternas voltadas para os filhos de operários das principais cidades do Brasil, sendo exemplos de novas iniciativas para outros empresários. O atendimento a criança deste modo, tinha como processo ajustes das relações de trabalho devido às creches e outras instituições sociais serem propriedade das empresas. Tal atendimento do filho da operária em instituições montadas por parte das fábricas foi considerado vantajoso pelo fato de provocar o aumento de produção por parte da mãe da criança. (OLIVEIRA, 2002).

Paschoal e Machado (2009) também relacionam a estrutura familiar e o processo de mudanças da mulher no mercado de trabalho. Sob o impacto causado pela revolução industrial na Europa toda a classe operária se submeteu ao regime das fábricas e as máquinas, possibilitando assim a chegada da mulher no mercado de trabalho modificando a forma da família em cuidar e educar os seus filhos. Com o surgimento da indústria a estrutura social foi alterada e modificada nos hábitos e costumes familiares. As mães operárias que não tinham a quem deixar seus filhos a cuidados apostavam em utilizar as mães mercenárias como conhecidas, da quais essas mulheres em opção de não trabalho nas fábricas vendiam seus serviços e abrigavam e cuidavam dos filhos das trabalhadoras. Desde a crescente participação dos pais no trabalho, surgem assim novas formas de serviços de atendimento das crianças. Segundo Rizzo (2003 apud PASCHOAL; MACHADO 2009, p.80).

Eram organizados por mulheres da comunidade que na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização e rezas. As atividades relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais eram reforçadas nos trabalhos dessas voluntárias.

Deste modo mais tarde surgiram instituições com fundamentação para cuidar e proteger a criança. Nos países como Europa e Estados Unidos as primeiras instituições tinham objetivo cuidar e proteger as crianças, durante o tempo em que suas mães trabalhavam. Estas instituições como creches, escolas, maternais e jardins de infância tiveram em seu início o objetivo ao assistencialismo com enfoque em guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos da criança. Na segunda metade do século XIX as instituições tinham como destino à primeira infância formada basicamente da creche e do jardim de infância com outras modalidades educacionais absorvidas como modelos em diferentes e diversos países, como exemplo no Brasil a criação da creche tinha como caráter assistencialista em diferente de outros países europeus e norte-americanos que as instituições preservavam o caráter pedagógico como objetivo.

O surgimento das instituições de educação infantil esta relacionada ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno. As creches e pré-escolas surgiram depois da escola e tem como associação o trabalho materno fora do lar a partir da revolução industrial. Com outros aspectos as creches e pré-escolas tiveram seu surgimento também a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais como exemplo: atuação das mulheres no trabalho assalariado, novo conjunto de idéias sobre a infância e o papel da criança na sociedade, um novo papel dado à mulher, entre outros (BUJES, 2001).

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No Brasil a creche foi criada com exclusividade de caráter assistencialista diferenciando das demais instituições nos países europeus e norte-americanos que tinham objetivos o caráter pedagógico. Segundo Paschoal e Machado (2009) o Brasil teve as tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos que surgiram com caráter assistencialista, intuito de auxílio as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas, ao contrário dos países europeus. Outra forma de contribuição para o surgimento dessas instituições foi certas iniciativas como de acolhimento a órfãos abandonados.

2.1 Construção histórica

Conforme Kuhlmann (2000) em 1833 a Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro foi demonstrado vários materiais de diversos países referente ao jardim de infância, houve caracterização na educação por interesses privados na pré-escola, porém tinha implantações de jardins-de-infância para atendimento a pobreza. Os vínculos das instituições pré-escolares privadas eram direcionadas ao desenvolvimento das suas próprias escolas. Observa-se em ambos assim o termo “pedagógico” para atração e chamada de famílias com peculiaridades abastadas como atribuição para jardim-de-infância para os ricos, deste modo não deveria ser confundido como os asilos e creches para os pobres.

A instituição jardim de infância gerou diversos debates entre os políticos, que a criticavam por identificá-la como as salas de asilos francesas compreendidas como locais de guarda das crianças, porém alguns defendiam por acreditar que seria vantajoso para o desenvolvimento infantil, o debate assim era que os jardins de infância tinham como objetivos de caridade e empregava-se aos pobres sem ajuda do poder público. Durante o processo desta questão em seu debate, foram criadas no Rio de Janeiro no em 1875 e na cidade de São Paulo em 1877 os primeiros jardins de infância aos cuidados de entidades privadas, após alguns anos depois a criação dos primeiros jardins de infância públicos com atendimento ligado ao desenvolvimento pedagógico conforme Froebel (grande educador alemão que enfatizou o início da infância como fase de máxima importância para formação de pessoas, enfatizando também o brincar e as atividades lúdicas para a educação, tornando-se grande referência em suas ideias pedagógicas e sendo o primeiro criador e fundador dos jardins de infância em 1840). (OLIVEIRA, 2002, p.93).

Em 1899 as primeiras propostas de instituições pré-escolares no Brasil, aparecem com a inauguração da creche do Instituto de Proteção e Assistência no Rio de Janeiro sendo instituição pioneira de grande influência que abriu certas filiais por todo o país e logo após na mesma cidade a fundação da creche Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado como a primeira creche brasileira para os filhos de operários (KUHLMANN, 2000, p.82).

Nos anos de 1908 em Belo Horizonte institui-se a primeira escola infantil da cidade, em 1909 no Rio de Janeiro o primeiro jardim de infância municipal. Certos levantamentos realizados apontam grande crescimento de instituições como creches e jardins de infância no país, com investimento voltado no ensino primário e atendimento em parte da população na idade escolar. Em 1919 obteve-se a criação do Departamento da Criança da qual foi iniciativa governamental em preocupação com a saúde pública que produziu a ideia de assistência científica à infância. Ocorreu em 1922 o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro que teve como discussões temas de educação moral e higiênica, aprimoramento da raça e foco no papel da mulher como cuidadora. Neste enredo surgiram às primeiras regulamentações do atendimento de crianças pequenas em instituições como maternais e jardins de infância, durante isso certos educadores defendiam a intervenção de políticos e leigos preocupando-se com a qualidade do trabalho pedagógico apoiando o movimento de renovação pedagógica, mais conhecido como “escolanovismo”. Debates percorriam pelo país afim de transformações nas escolas em tema educacional. Outros momentos marcantes também fizeram parte dessa construção histórica da educação infantil no Brasil alguns para serem citados como exemplos, em 1924 educadores fundaram a Associação Brasileira de Educação interessadas pelo Movimento das Escolas Novas, logo mais em 1929 é publicado o livro Introdução ao estudo da Escola Nova por Lourenço Filho com novas concepções entre os educadores brasileiros e em 1932 surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova documento da qual defendia a educação como função pública, existência de uma escola única, ensino laico, gratuito e obrigatório, entre outros (OLIVEIRA, 2002 p. 94-98).

Nos próximos anos, em discussão das características de marcos históricos importantes para a educação infantil, são criados novas realizações para atender e auxiliar a questão da saúde com a criança. Anteriormente em 1923 como iniciativa de boas condições foi fundado a Inspeção de Higiene Infantil, mas em 1934 aconteceu a transformação para Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. Na década de 40 iniciativas governamentais foram organizadas na área da saúde, previdência e assistência voltadas para a era chamada de proteção à criança; outros acontecimentos importantes em relação à criança, cuidados e

instituições é em 1942 o Departamento Nacional da Criança parte do Ministério da Educação e da Saúde cria-se a Casa da Criança. Para facilitar a amamentação durante a jornada das trabalhadoras em 1943 a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) foram reconhecidos alguns direitos, diante esse como exemplo (OLIVEIRA, 2002). Neste mesma década foi criado na cidade de Porto Alegre jardins de infância inspirados em Froebel (KULHMANN, 2000, p.8). Para o ano de 1953 houve a divisão do Departamento Nacional da Criança para a integração do Ministério da Saúde (OLIVEIRA, 2002, p.101).

De acordo com Paschoal e Machado (2009) algumas tendências e concepções acompanharam o processo de desenvolvimento das creches e pré-escolas no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX: médico-higienista, jurídico-policia e a religiosa.

Kuhlmann (2000) também faz estudo das influências que marcaram a história das instituições no país sendo elas jurídicas, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos que giram em torno das seguintes influências: jurídico-policia, médico-higienista e religiosa. Porém outros aspectos são presentes na história das instituições de educação infantil que são a infância, a maternidade e o trabalho feminino. Reconhecendo a questão econômica também. A partir da segunda metade do século XIX instituições pré-escolares foram difundidas internacionalmente com a nova concepção assistencial, a assistência científica com aspectos de alimentação e habitação dos trabalhos e dos pobres. Tais concepções tem como objetivo a assistência à infância na era da mortalidade (médico-higienista), preocupação com a infância moralmente abandonada com apoio na legislação trabalhista, em divisão de medidas de assistência e benefícios (moradia, creche) e aos trabalhadores das classes menos favorecidas (jurídico-policia), e questões de valores religiosos (religiosa).

Entretanto certas alternativas foram desenvolvidas para o atendimento de crianças das classes menos favorecidas, a conhecida roda dos expostos ou roda dos excluídos foi uma das instituições brasileiras mais duradouras de atendimento a infância que teve como início antes da criação e chegada das creches, tem este nome por colocar os bebês abandonados e sendo composta por uma forma cilíndrica dividida o meio por uma divisória e fixado na janela da instituição ou das casas de misericórdia. Por mais de um século no Brasil, a roda de expostos foi a única instituição assistencialista referente a criança abandonada, efetivamente extinguida no país no século XX em meados de 1950, sendo último a acabar com este sistema (MARCÍLIO, 1997 apud PASCHOAL; MACHADO 2009, p.83).

Observa-se assim que no percorrer da história da educação infantil no Brasil antes da década de oitenta não se tinha ações em termos de legislação. Deste modo foi criado a

Constituição Federal de 1988 com objetivo de sensibilizar o direito da educação à criança possibilitando a inclusão da creche e da pré-escola no sistema da educação, diante desta lei as creches da qual anteriormente eram diretamente ligadas ao assistencialismo passaram a responder pela educação, tornando assim a instituição além de cuidados a criança a valorização em desenvolver o trabalho educacional. No seguintes dois anos em 1990, foi aprovado o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente na LEI 8.069/90 com intuito de empregar a criança e o adolescente no espaço dos direitos humanos assegurando em diversos aspectos de seu desenvolvimento (físico, mental, psicológico, moral, social, ético, etc.). No ano de 1996 destaca-se a LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se trata de inserir os níveis escolares, tornando assim a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica, além disso, define que o propósito da educação infantil exercer o desenvolvimento integral da criança até seus seis anos de idade. Em 1998 o RCNEI- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil dividido em três volumes, este referencial tem como objetivo colaborar para o cumprimento de práticas educativas e guia de reflexão para orientações didáticas e atividades para os profissionais da educação infantil trabalhar com crianças de zero a seis anos de idade. (PASCHOAL e MACHADO 2009, p. 85-86).

Paschoal e Machado (2009) da mesma forma referenciam outro documento de extrema importância nos anos de 1998 e 1999 é as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil aprovada pelo Conselho Nacional, como documento mandatório e de observações para a elaboração de propostas pedagógicas. Contudo em 2001 foi aprovado o PNE- Plano Nacional de Educação que objetiva em alcançar metas para todos os níveis de ensino dentre a educação infantil a oferta e o atendimento a esta base, com a elaboração de um novo plano neste ano de 2014 com direcionamento de novas metas a serem cumpridas até o ano de 2024.

3 DO ASSISTENCIALISMO À CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL CIDADÃ

3.1 Mudanças históricas, e novos rumos da educação infantil.

A educação infantil passa por diversos processos históricos em sua construção baseada em mudanças e novos rumos da marca assistencialista caracterizada por cuidados e custódia para a educacional apontada e direcionada pela legislação que traz consigo leis, estatuto e planos para melhor cunho pedagógico. Uma nova identidade é construída. Relacionando deste modo o cuidar e educar nas instituições.

3.2 Assistencialismo

As instituições de educação infantil tinham características de novidade na primeira metade do século XIX proposta para aspecto de atendimento exclusivo aos pobres. Entretanto no jardim de infância as divisões sociais aconteciam da seguinte pretensão, o jardim de infância em instituições públicas e/ou particulares destinadas para os ricos, ficando de forma bem clara tal divisão social. A ligação das creches aos órgãos governamentais de serviço social e não ao sistema educacional acarretou a falta do tema em pesquisas educacionais e nos cursos de pedagogia. Na década de 1970 as creches e pré-escolas começam seu processo de crescimento, realçando seu caráter assistencialista com a crítica a educação compensatória, logo que as concepções educacionais nestas instituições explicitam preconceito reforçando a ideia de sua origem de total assistência e nenhuma educação. No processo histórico das instituições pré-escolares com destino a infância pobre o assistencialismo foi adequado como proposta educacional específica para o setor social organizada para submissão não somente da família, mas das crianças de classes populares de modo que a educação não seria independente (KUHLMANN, 2000).

Tais instituições não tinham somente a preocupação de custódia e assistencialismo, todavia apresentava a educação com visão pedagógica (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.81).

Kuhlmann (2000) ressalta que as instituições educacionais para os pobres eram formadas pela pedagogia de submissão, é a educação assistencialista firmada por arrogância e atendimento oferecido como dádiva. Tal educação tem como concepção preconceito em relação à pobreza com atendimento de baixa qualidade e pretensões de atendimentos focados para posição social a qual eram destinados em diferença de uma educação voltada para outros valores e ideais como: cidadania, liberdade, igualdade e fraternidade. Foi em 1872 o Congresso Penitenciário Internacional em Londres destacava a importância das instituições educacionais para prevenção de criminalidade, no interior dos estabelecimentos eram demarcadas as seguintes separações por sexo, idade e grau de moralidade. A guarda era vista como elemento de educação destas crianças. As características da educação assistencialista são dita pela virtude pedagógica para retirada da criança na rua, baixa qualidade de atendimento como parte de seus objetivos que se baseavam em uma educação para preparo das crianças pobres para um futuro a qual lhe era destinado em diferença da educação dos outros, pelo fato das crianças aprofundarem nos pensamentos sobre sua atual realidade e obterem sentimento de baixa moralidade em razão de suas condições sociais.

Assim foram estabelecidos diversos métodos pedagógicos a serem realizados em diferentes instituições.

Do ponto de vista histórico, a própria literatura traz o jardim de infância como uma instituição exclusivamente pedagógica e que, desde sua origem, teve pouca preocupação com os cuidados físicos das crianças. No entanto, vale ressaltar que o primeiro Jardim de Infância, criado, em meados de 1840 em Blankenburgo, por Froebel, tinha uma preocupação não só de educar e cuidar das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.81).

Em relação as propostas pedagógicas para a educação infantil variam em função das instituições ou da idade da criança, na opção de método pedagógico ou no conjunto de objetivos educacionais específicos. A chamada sala de asilos francesa tinha como função a guarda constituída como educativa, impedindo a convivência de crianças com guardiã incapaz de cuidados, em seguida a educação era interferida de modo que o asilo estabelecia o desenvolvimento da inteligência e bons costumes. No ano de 1882 as salas de asilo tiveram seu nome alterado para escola maternal pela promotora Pauline Kergomard com afirmação que a instituição estava verdadeiramente se transformando em “casas de educação”. Antes mesmo deste acontecimento histórico importante para educação infantil em relação as

instituições e a atuação da educação, ocorreu outro fato de extrema importância neste contexto, em 1769 as escolas de tricotar criadas na paróquia rural francesa tinha por objetivos a programação de bons modos em geral, conhecimento das letras minúsculas, soletramento, aprendizado da língua francesa e noções de moralidade e religião (KUHLMANN, 2000).

3.3 Educação infantil em termos de legislação

A educação em relação com as instituições de educação infantil ganhou fortemente espaço privilegiado e destaque alcançando os seus objetivos propostos, pode-se dizer que obteve grandes avanços em termos de direitos, reconhecimento e valorização da criança no ambiente social e educativo. Para melhor entendimento, podemos destacar a legislação como marco importante para todos estes fatores positivos acontecerem.

Retomando as leis em maior caracterização e compreensão de sua importância e progresso para a educação infantil. Deste modo, para a garantia do direito da criança à educação a Carta Constitucional de 1988 efetiva este reconhecimento, que possibilita a inclusão das instituições como a creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade no sistema educacional além disso, é dever e total responsabilidade do Estado garantir a educação. Tal lei garantiu que as instituições vinculadas com a assistência social se responsabilizassem pela educação, com orientação de não apenas de cuidados com as crianças nas instituições mas, de prioridade em desenvolver o trabalho educacional. Em realidade somente com a Constituição que a criança foi concebida como sujeito de direitos (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Diante disto nos próximos anos são aprovadas outras leis cabendo a educação infantil e seu principal sujeito: a criança em seu direito. Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90 (ECA) que tem como objetivo assegurar a criança e o adolescente em seus direitos fundamentais. Segundo Ferreira (2000 apud PASCHOAL; MACHADO 2009, p.85).

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. OECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao

afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

O ECA tem como princípios os norteamentos às políticas de atendimento (CRAIDY, 2001). Conforme Paschoal e Machado (2009), destacando no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases- Lei 9394/96 (LDB) retrata da decomposição dos níveis escolares, inserindo a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica e o atendimento gratuito em creches e pré-escolas pelo Estado. Contudo sua finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade que se considera como conquista porque quebra a imagem e conceitualização das crianças ainda pequenas e pobres com sua relação nas instituições com vínculo ao assistencialismo (OLIVEIRA, 2002). Compreende-se que a creche e a pré-escola tem como função complementação da família podendo de forma alguma o ato de substituição, ambas juntas devem haver integridade para oferecimento a criança do que é necessário para seu desenvolvimento, entretanto a LDB determina que a instituição do sistema escolar incluindo a educação infantil deve ter o plano pedagógico elaborado pela instituição com a presença em participação dos educadores, e estes educadores formação de curso superior ou formação mínima em especialização em educação infantil (CRAIDY, 2001, p 24-25).

Em discussão para a educação infantil deve ser retratado também as práticas educativas de qualidade para o bom desenvolvimento pedagógico, em 1998 foi criado o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) proposta para estruturação pedagógica, que tem como objetivo a contribuição da implementação das práticas educativas visando como guia de reflexão e cunho pedagógico para os profissionais da educação infantil atuarem com orientação para seu trabalho pedagógico. Este documento ressalta e organiza as práticas, sugere atividades relacionadas com o brincar e intervenção pedagógica. Para complementar este aspecto educacional que a educação infantil leva como novo rumo em sua prática nos anos de 1998 e 1999 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil não diferente dos outros documentos, tem como objetivo o direcionamento de modo obrigatório caminamentos de ordem pedagógica, com isto obteve-se também as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental que visa à contribuição para melhoria de formação destes profissionais, relevando a qualidade. Buscando a qualidade do projeto educativo das instituições, formação, valorização, recursos financeiros, entre outros para este cumprimento foi criado e aprovado em 2001 Plano Nacional de Educação que tem

como princípio o objetivo de estabelecer as metas para todos os níveis de ensino, entretanto o documento também tem como outro importante objetivo redução de desigualdade social e regional em respeito à entrada e permanência da criança e do adolescente no ensino público (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Portanto, avalia-se assim que a partir da década de 1980 mudanças históricas e novos rumos foram alcançados na educação infantil em termos de assistencialismo para a educação. As legislações juntamente com as instituições construíram um novo aspecto e sentido para a práticas dos profissionais e da criança na educação infantil, estabelecendo direito da criança à educação, seu reconhecimento e valorização na sociedade e a qualidade destas atividades educacional. Observa-se que as instituições como creches deixam seu passado histórico como assistência social somente, para o ambiente educativo, da qual é associado o cuidar e o educar.

3.4 A relação do cuidar e educar na educação infantil

A educação da criança envolve dois processos que são complementares e indissociáveis em sua prática: cuidar e o educar. As crianças desta faixa etária têm as necessidades de atenção, carinho, segurança, entre outros sentimentos que expressam. Nesta fase a criança entra em contato com o mundo que a cerca, por conhecimento de experiências com os adultos e práticas de descobertas (BUJES, 2001). Para melhor entendimento é preciso relacionar ambos os conceitos:

Bujes (2001, p.16-17) argumenta que o cuidar tem como significado a realização de atividades voltadas para os cuidados primários: higiene, sono e alimentação. Com a obrigação de promover ambientes acolhedores, seguros e estimuladores a partir de adultos preparados para o oferecimento de atividades educativas e construtivas para seu desenvolvimento em diversos aspectos. Além disso, o cuidar envolve certas preocupações como a organização dos horários de funcionamento da creche e do espaço da instituição, atenção dos materiais oferecidos (brinquedos) e as próprias vontades da criança e a liberdade com seu ritmo e modo de expressar em determinados momentos. A interação da criança na sociedade, adquirir significados para os acontecimentos que ali a envolve, são significados de uma experiência cultural de seu ambiente social que é chamado de educação.

A autora ressalta que a educação refere-se na interação em que a criança esta submetida em relação com as pessoas ao seu redor e atribuição de significados para tudo

aquilo que à cerca. Isto ocorre como a participação na experiência cultural junto com um ambiente de cuidados. Nas creches e pré-escolas percorre a noção de experiência educativa que tem grande variação. As crianças de classes populares têm a prática voltada para as atividades com o objetivo de educar para a submissão, disciplinamento, silêncio e obediência. Ocorrendo assim também por outro lado a escolarização precoce que são as experiências que trazem para a pré-escola com o modelo da escola fundamental com as atividades de alfabetização, letramento, numeralização, etc.

Para Oliveira (2002) assim como as Diretrizes retratam o cuidar e o educar como os aspectos indissociáveis, defende a concepção de criança como sujeito ativo de interação com o mundo por meio do lúdico. Certas preocupações são levantadas por meio de reflexão a relação de rotinas e práticas antecipadas caracterizadas pelo Ensino Fundamental. Pesquisas realizadas com o enfoque de qualidade do trabalho feito na educação infantil revelam resultados preocupantes, em muitos locais foram avaliados que a presença do assistencialismo no trabalho permanece. São retomadas deste modo a conceitualização da identidade da educação infantil, as Diretrizes reforça a proposta pedagógica das instituições de educação infantil ao desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade com garantia ao acesso de construção de conhecimentos e aprendizagens, e seus direitos (proteção, saúde, liberdade, respeito, dignidade, interação, socialização, brincadeiras, etc.). É considerado que as instituições de educação infantil garantam uma educação de qualidade a todas as crianças, preservando o cuidado inseparável ao processo educativo.

4 A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo discutiremos a questão da qualidade na educação infantil, sendo importante inicialmente compreendermos alguns conceitos que perpassam a discussão da qualidade na educação.

Conforme Campos et al (2010) para que a educação infantil fosse reconhecida como primeira etapa da educação básica foi necessário um processo histórico marcado por conquistas e avanços, dentre eles o rompimento com a visão assistencialista no atendimento das creches; o reconhecimento legal da criança como sujeito de direitos e a valorização da infância, como fase importante do desenvolvimento humano.

Em marcos legais a Constituição Federal de 1988 institui e legitima o direito da criança à educação infantil, atribuindo ao município a responsabilidade em oferecer o atendimento educacional as crianças de 0 a 5 anos. Entretanto, vale ressaltar que há tempos a creche vem lutando para sua transformação a sua identidade de instituição de assistencialismo e custódia, para sua identidade educacional.

Diante toda a trajetória histórica percorrida pela educação infantil é importante que a questão do direito seja assegurada com qualidade.

Certas discussões são estimuladas a pensar como deveria ser a educação infantil de qualidade, os critérios para esta avaliação em uma creche ou pré-escola e como todos os envolvidos sendo os educadores, os pais, a comunidade, entre outros podem contribuir para melhorar a qualidade das instituições de educação infantil. Estas questões não obtêm respostas únicas, pois as definições de qualidade são dependentes de diversos fatores como valores que as pessoas crêem, nas tradições em relação à cultura que esta ligada, aos conhecimentos científicos que tal criança aprende e desenvolve, e o contexto histórico, social e econômico inserido na instituição (BRASIL, 2009).

Para Dahlberg, Moss e Pence (2003):

A linguagem da qualidade é também a linguagem da instituição dedicada à primeira infância como produtor de resultados pré-especificados e da criança como vaso vazio, a qual deve ser preparada para aprender e para a escola, e ser ajudada em sua jornada de desenvolvimento. (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.119).

Cabe então a instituição de educação infantil estabelecer cuidado e educação com garantia de boa qualidade para atender as perspectivas de desenvolvimento da criança.

Guimarães e Garms (2013) discutem que o Ministério da Educação (MEC) em

1994 aprovou Política Nacional de Educação Infantil, documento que define diretrizes gerais em princípios conceitualizados a Educação Infantil que:

integram creches e pré-escolas que se diferenciam apenas pela faixa etária; particularizam a ação da Educação Infantil como complementar à família, integrando a educação ao cuidado; ressaltam a ação educativa, através de especificidades do currículo e da formação do profissional; e estabelecem normas para o acolhimento de crianças com necessidades especiais (GUIMARÃES; GARMS, 2013, p.25).

Em 2006, o MEC propõe o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a cinco anos à educação, que ressalta a necessidade de formação profissional para atuar na instituição infantil. Em base nestas políticas e reflexões na construção da LDB (1996). O MEC definiu a melhoria da qualidade da educação infantil como um dos principais e mais importantes objetivos, assim indicou metas de ação da qual deveriam oferecer total incentivo a elaboração, implementação e avaliação das propostas pedagógicas e curriculares, promover a formação e valorização dos profissionais que atuam nas instituições de educação infantil, apoiar os sistemas de ensino municipalizado para responsabilidade com a educação infantil e promover o sistema de informações sobre a educação de zero a seis anos de idade

Esta qualidade discutida pode ser compreendida de diversas formas diante o momento histórico, o contexto cultural e as condições objetivas locais. Por esta finalidade o processo de definição e avaliação da qualidade de uma instituição educacional deve ser participativa e aberta, com própria importância para a possibilidade de reflexão e definição de um caminho para melhor trabalho pedagógico e social da instituição. Para melhor avaliação da qualidade das instituições, foi construído o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil que tem como objetivo:

traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho (BRASIL, 2009, p.15).

Deste modo o material Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) tem como finalidade compreender os pontos fracos e fortes da instituição de educação infantil que interfere para melhorar a sua qualidade conforme as suas condições afirmando suas prioridades e traçando um caminho na construção de um trabalho pedagógico e social.

Além deste documento importante para avaliar a qualidade da educação infantil, há os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil que corresponde a um documento com colaboração e objetivo que busca estabelecer parâmetros e medidas de melhoria da qualidade. A primeira versão deste documento acontece em julho e agosto de 2004 com a participação de representantes de secretarias e conselhos municipais e estaduais de educação e entidades com atuação direta e indiretamente com crianças de zero a seis anos de idade, visando aspectos relevantes (definição de parâmetros de qualidade para a Educação Infantil, concepções de criança, pedagogia da Educação Infantil, trajetória histórica do debate da qualidade da Educação Infantil, entre outros). Já esta versão foi enviada para especialistas da área da Educação Infantil com debate em seminário técnico que foi realizado em 2005 na cidade de Brasília, visando as competências dos sistemas de ensino, a caracterização das instituições de educação infantil segundo definições legais, compreensão de um sistema educacional de qualidade, entre outros aspectos importantes.

Define-se assim que:

os parâmetros de qualidade se realiza neste documento de modo a estabelecer não um padrão mínimo, nem um padrão máximo, mas os requisitos necessários para uma Educação Infantil que possibilite o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 2006, p.9).

Pretendendo, deste modo:

delimitar parâmetros de qualidade suficientemente amplos para abarcar diferenças regionais, flexíveis para permitir que as manifestações culturais locais tenham espaço para se desenvolver, específicos para favorecer a criação de uma base nacional, de fácil aplicação e monitoramento a fim de possibilitar sua adoção e, conseqüentemente, consolidar essa base comum (BRASIL, 2006, p.9).

Concluindo assim que este documento garanta os parâmetros de qualidade da Educação Infantil, transformando as práticas reais e o cotidiano da instituição infantil.

Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011) na educação infantil o MEC articulou parâmetros de infra-estrutura e parâmetros de qualidade que tem como função orientar as ações do município por serem metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que consiste em documento com diretrizes para políticas públicas de educação. Deste modo a qualidade da educação infantil pretende-se melhorar nas instituições de creches e pré-escolas.

4.1 Conceitualização de qualidade

O termo qualidade tem como definição diversos sentidos em relação ao modo que se expressa e se aplica, muitos autores expõem o seu significado. Sendo assim:

A definição de qualidade da educação e a seleção de critérios que possibilitem medidas de qualidade são temas em constante discussão no campo educacional. Na educação infantil, este é um debate bastante atual, que comporta diferentes posicionamentos nos meios especializados. Na realidade, o debate sobre a qualidade da educação seguiu uma trajetória distinta na educação infantil, em relação aos demais níveis de ensino [...] As diferentes trajetórias da creche e da pré-escola levaram a concepções de qualidade mais focalizadas nos direitos das crianças. (CAMPOS et al 2010, p.4).

Contudo a qualidade da educação é questionável desde a sua conceitualização em ligação ao âmbito escolar podendo relacionar outros aspectos importantes que envolvem a construção da qualidade da educação infantil (CAMPOS et al 2010).

Segundo Lima e Sales, a discussão do termo qualidade modifica-se no decorrer da história da educação e para entendê-lo é preciso considerar as mudanças em relação as expectativas que se tem sobre a educação no percurso da sua construção histórica.

Ao falar em qualidade entendemos que há diversas interpretações deste termo que será referido conforme as passagens e necessidades da educação, dependendo de estratégias e valores a serem seguidos, diante de padrões e práticas educacionais e sociais, atributos e condições e até mesmo objeto de classificação para atual realidade da educação (LIMA; SALES).

Diante aos autores compreende-se que ao falar em qualidade entendemos que há diversas interpretações deste termo que será referido conforme as passagens e necessidades da educação, dependendo de estratégias e valores a serem seguidos, diante de padrões e práticas educacionais e sociais, atributos e condições e até mesmo objeto de classificação para atual realidade da educação.

O termo qualidade é referido por muitos autores com visões e ações diferentes. Para Lima e Sales apud Zabalza (1998) uma escola de qualidade deve estar comprometida com valores educativos com enfoque para desenvolvimento integral do aluno e da sociedade focado também na busca de resultados com alto nível e plena satisfação de todos os participantes. A qualidade referida a escola é a construção do dia a dia da compreensão e importância de todos os elementos que se liga a educação digna e construtiva, tais elementos

importantes para qualificação da educação são baseados em componentes escolares como o profissional da educação infantil, a proposta pedagógica e o espaço físico itens que ainda serão discutidos nesta pesquisa. A aprendizagem da criança deve estar associada a integração do cuidar e educar de forma significativa para o seu desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, cultural, etc; a formação profissional do professor conforme a legislação é a formação mínima no Magistério e a formação superior de Pedagogia que deve ser de desempenho, competência, deveres e responsabilidades ao transmitir o conhecimento, entretanto na sua prática educacional o profissional da educação infantil estabelece o domínio e métodos para melhor ensino; a proposta pedagógica deve estar avaliada e elaborada respeitando o desenvolvimento da criança, com disponibilidade de novos planejamentos e correções para efeitos de mudanças para a melhoria e qualidade; a gestão escolar em colaboração com a equipe pedagógica e a comunidade devem estar juntamente atentos para ambos discutirem e acaso reformularem alterações para a qualidade da educação infantil e a estrutura do espaço físico deve ser compatível em atender as necessidades do desenvolvimento da criança para melhor desempenho, convívio social, harmonia e atividades pedagógicas.

Para Guimaraes e Garms (2013 apud Oliveira- Formozinho e Craidy, p.25):

Há uma diversidade de definições para qualidade, subordinadas ao momento histórico, às ideologias, aos valores, às concepções de como a criança pensa e aprende, à afiliações políticas das pessoas, às suas tradições, aos interesses, aos papéis assumidos nas instituições, entre outros aspectos intervenientes. A compreensão do que é qualidade varia de acordo com o contexto e suas necessidades específicas

A compreensão sobre o que é qualidade e a definição de qual a qualidade se quer para o atendimento infantil são condições para a construção de propostas pedagógicas e curriculares com identidade própria [...] (GUIMARÃES e GARMS, 2013, p.26).

Autores como Dahlberg, Moss e Pence (2003) afirmam, que:

A linguagem da qualidade é também a linguagem da instituição dedicada à primeira infância como produtor de resultados pré-especificados e da criança como vaso vazio, a qual deve ser preparada para aprender e para a escola, e ser ajudada em sua jornada de desenvolvimento. (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p.119)

Segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003) o termo qualidade diz a respeito a confiabilidade, a fé, a previsibilidade e a consistência. Para os autores a qualidade é

reconhecida como termo subjetivo que cada pessoa tem a sua definição esclarecendo que a qualidade pode ter os significados de um bom serviço com atendimento às capacidades de satisfazer determinadas necessidades e serviço sem deficiências.

Discutiremos agora alguns aspectos destacados por teóricos que configuram o quadro de qualidade na educação infantil.

4.2 O perfil do profissional da educação infantil

A formação do professor tem sido tema em destaque nas últimas décadas em meios acadêmicos e governamentais (AMORIM; DIAS, 2013,p.37). Para atender a necessidade de melhoria da qualidade na educação infantil determinados fatores são imprescindíveis neste caso, como a formação do profissional da educação com crianças de zero a seis anos de idade (GUIMARÃES; GARMS, 2013, p.32).

O processo de formação do profissional da educação infantil deve ser concebido a prática social, a reflexão coerente e contínua para o seu processo formativo (GUIMARÃES; GARMS, 2013). Entretanto, uma importante especificidade do profissional da educação infantil é relacionar, indissociavelmente o cuidar e educar nas práticas pedagógicas das creches e pré-escolas. (AMORIM; DIAS, 2013).

Contudo, conforme Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), estudos comprovam que muitos profissionais da educação infantil não têm a formação adequada para atuação, recebem remuneração baixa e enfrentam condições precárias para trabalho. Apesar destes aspectos, mudanças têm ocorrido no quadro dos profissionais da educação infantil, que gradativamente vem conquistando a formação necessária e a valorização profissional. Mas o próprio profissional apesar de certas questões negativas que irá enfrentar em condições adversas na sua atuação, deve-se sim oportunizar a sua valorização.

O professor precisa avivar em si mesmo o compromisso de uma constante busca do conhecimento como alimento para o seu crescimento pessoal e profissional. Isto poderá gerar-lhe segurança e confiabilidade na realização do seu trabalho docente. Esta busca poderá instrumentalizá-lo para assumir seus créditos, seus ideais, suas verdades, contribuindo para referendar um corpo teórico que dê sustentação para a realização de seu fazer (ANGOTTI, 2007, p.64).

O Referencial Curricular cita que o profissional da educação infantil tem como competência polivalente em sua atuação, por abranger os conteúdos de naturezas diversas e conhecimentos específicos que são desde os cuidados básicos até a proposta pedagógica:

[...] polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve [...] BRASIL, 1998, p.41).

Com este caráter polivalente a formação deste profissional é ampla, e torna-se assim um aprendiz em sua prática dialogando com a família, comunidade, em busca de informações para melhor desenvolvimento profissional e refletindo diariamente em sua ação. Estes são instrumentos imprescindíveis que servem como reflexão da prática com a criança para observação, registro, planejamento e avaliação. (BRASIL, 1998, p.41)

Além disso, este profissional em seu trabalho na instituição infantil tem como responsabilidade a realização da proposta curricular de qualidade. Suas ações devem ser planejadas e compartilhadas com outros profissionais para a construção de projetos pedagógicos de qualidade com participação direta das crianças e familiares, o objetivo é que a construção deste projeto seja um processo incompleto contextualizado com demanda de reflexão discussões freqüentes com todos os participantes envolvidos. É de grande importância o comprometimento do profissional com a prática educacional para que este projeto pedagógico atenda as perspectivas das crianças e familiares nas questões em relação aos cuidados e educação infantil (BRASIL, 1998, p.41).

Em termos de legislação este profissional ganha destaque pela LDB (1996) com determinadas incumbências que deveram cumprir em sua atuação, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010 que traçou metas para a formação do profissional da educação infantil e a crescente de programas de formação inicial e continuada de professores, como por exemplo em 2001 o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) que era destinado aos docentes do Ensino Fundamental, o Programa de desenvolvimento profissional continuado implantando nos municípios, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL) que em 2002 através de cursos dos Parâmetros destinados aos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental foi criado.

Em novas discussões da formação do professor foram presentes na Conferência Nacional de Educação (CONAE) e novo PNE (2011-2020), na discussão da CONAE foi referenciado a qualidade da instituição de educação infantil que recomenda o atendimento a criança com realização de profissionais de nível superior e formação continuada, ambos os assuntos que são temas de discussão há tempos.

4.3 Proposta pedagógica

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI):

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar (BRASIL, 2009).

As propostas pedagógicas devem respeitar determinados princípios sendo:

- ✓ Éticos - que abrange a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao bem comum, ao meio ambiente, as diferentes e diversas culturas, identidades e singularidades;
- ✓ Políticos – que abrange os direitos de cidadania, exercício de criticidade e respeito a ordem democrática;
- ✓ Estéticos – que abrange a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a liberdade de expressão em diferentes manifestações artísticas e culturais.

Conforme as DCNEI (2010) a proposta pedagógica das instituições de educação infantil devem garantir o cumprimento da função sociopolítica e pedagógica:

- ✓ Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- ✓ Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- ✓ Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

- ✓ Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- ✓ Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

A proposta pedagógica das instituições de educação infantil devem ter como objetivo a garantia da criança ao acesso a processos de apropriação, renovação, articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens. Assim como o direito a proteção, a saúde, a liberdade, a confiança, a dignidade, a brincadeira, a convivência e a interação com as outras crianças.

Além disso, DCNEI articula que a proposta pedagógica deve orientar para efetivação de seus objetivos as condições de trabalho, organização de materiais, espaços e tempos que garantam o processo indissociável do cuidar e educar; a inseparabilidade das diversas dimensões (motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural); a participação e a comunicação com as famílias com respeito e valor em seus modos de organização; relação afetiva com a comunidade; a valorização das singularidades individuais e coletivas com a interação das crianças de idades iguais e/ou diferentes; os deslocamentos e movimentos da criança nos espaços sendo internos e externos; a acessibilidade de espaços, materiais, brinquedos até mesmo para crianças com deficiência, superdotação, altas habilidades e transtornos globais; apropriação da criança com a diversidade cultural, crenças, valores, concepções, identidade étnica, entre outros sendo de culturas africanas e indígenas e atender aos aspectos e características de famílias do campo (agricultores, extrativistas, pescadores, camponeses, etc.).

Em relação às práticas pedagógicas que fazem parte da proposta curricular devem ter eixos norteadores de interações e brincadeiras para a garantia de experiências com conhecimento de si e do mundo por meio de experiências sensoriais e motoras, que favorecimento de diferentes linguagens (gestual, verbal, plástica, dramática e musical), contextos significativos, experiências de interação com a linguagem oral e escrita, oportunizar confiança para atividades individual e coletivo, aprendizagem voltada para autonomia e bem estar, vivências com diversas culturas e diversidade, o incentivo a curiosidade e exploração ao mundo físico e social, interação com a arte, interação e

conhecimento com a biodiversidade da vida na Terra, a interação e conhecimento com as tradições culturais brasileiras e o uso de recursos tecnológicos. Porém as instituições de educação infantil na elaboração da proposta curricular abordaram de interação e conhecimento com a biodiversidade da vida na Terra, a interação e conhecimento com as tradições culturais brasileiras e o uso de recursos tecnológicos acordo com as características e identidade e fundamentando em modos de integração destas experiências (BRASIL,2010).

Para a avaliação as instituições de educação infantil devem promover procedimentos de acompanhamento das práticas pedagógicas para avaliar o desenvolvimento das crianças, entretanto sem objetivos de seleção e classificação. Esta avaliação deve garantir observação crítica e criativa das atividades, brincadeiras e interações das crianças no dia a dia, aplicação de diversos registros das atividades realizadas, continuidade dos processos de aprendizagens com diferentes estratégias, documentação específica para que a família conheça e tenha acesso ao trabalho pedagógico e a não retenção na educação infantil (BRASIL, 2010).

A proposta pedagógica precisa relacionar a visão da criança a suas experiências e interações para seu desenvolvimento pessoal, que tem como plano orientador das ações dos profissionais alcançarem metas que são indicadas e organizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010).

Identificado desta maneira, o currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultura, artístico, científico e tecnológico da sociedade, por meio de praticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições (GUIMARÃES; GARMS, 2013 p.21).

A compressão sobre o que é qualidade e a definição de qual qualidade se quer para o atendimento infantil são condições para a construção de propostas pedagógicas e curriculares com identidade própria. A clareza sobre a qualidade desejada e sobre o currículo específico da Educação Infantil subjaz à constituição da identidade desse nível de ensino, bem como da identidade do adulto a ser formado para nele atuar como professor (GUIMARÃES, GARMS, 2013 p.26).

Com a regulamentação da educação infantil como primeira etapa da educação básica é preciso pensar no currículo para creches e pré-escolas. A discussão do currículo na educação infantil é iniciada em 1970, primeiro para a pré-escola, sendo proposto um currículo embasado na educação compensatória. Porém esta proposta pedagógica tinha cunho assistencialista com pedagogia de orientação com preconceito a pobreza, entretanto conforme ocorria a expansão da educação infantil as metas eram mudadas para novas conquistas de espaço institucional próprio para atendimento específico as crianças de zero a seis anos. Já no

início dos anos de 1980 com a expansão do atendimento destinado as crianças, surge a necessidade de currículo principalmente para a pré-escola e após para a creche e no final da década de 1980, especificamente em 1988 a Constituição com a proclamação de sujeito de direitos a criança e a creche e pré-escola como direito de atendimento. Deste modo, a partir da década de 80 a educação infantil e a proposta pedagógica ganham novos sentidos e espaços no ambiente escolar.

Alguns estudos do MEC foram realizados sobre a elaboração de um currículo para as instituições de educação infantil. No ano de 1994 foi elaborado um documento sobre as Propostas pedagógicas para creches e pré-escolas, depois em 1996 foi divulgado o documento

Críterios para um atendimento em creches que respeito os direitos fundamentais das crianças, em 1998 são lançados os Referenciais Curriculares nacionais para educação infantil, em 1999 as Diretrizes Curriculares nacionais para educação infantil, revisonadas em 2009.

A proposta pedagógica é como um plano orientador das ações dos profissionais da educação infantil além disso, a proposta pedagógica tem como ação promover metas a serem alcançadas, metas da qual são indicadas, estabelecidas e organizadas pela instituição de educação infantil que organiza o currículo. Entende-se assim então que:

[...] o currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade, por meio de praticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições (GUIMARÃES; GARMS, 2013, p. 21).

4.4 O espaço físico da educação infantil

Além da discussão do profissional da educação infantil e da proposta pedagógica, outro aspecto importante na construção da qualidade na educação infantil é o espaço físico das instituições, pois segundo os Referencias Curriculares nacionais para Educação :

A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil.(BRASIL, 1998, p.68)

Todavia não basta apenas este espaço em estruturação, adequação e os materiais para recursos pedagógicos como elementos importantes e de existência social e educativa, mas o profissional da educação infantil disposto a trabalhar em preparação do ambiente e utilizar estes recursos materiais para o aprendizado e forma ativa de participação com a interação da criança e do adulto.

Segundo o RCNEI:

O espaço na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado, considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos. (BRASIL, 1998.).

Conforme o RCNEI, as crianças da idade de zero a seis anos necessitam de um espaço adaptado e cômodo para que proporcionem as ações de seu desenvolvimento de aprendizado, tais como engatinhar, ensaiar novos passos, interagir socialmente e abastecer as suas necessidades pessoais (alimentação, higienização e descanso). Determinados momentos do dia a dia a criança demanda o espaço livre para sua movimentação corporal e aconchego.

O ambiente escolar deve ser rico e estimulador em suas características, pois os aspectos físicos influenciam, com impactos direto e indireto, até mesmo no comportamento daqueles que irão usufruir de modo social e pedagógico (CARVALHO; RUBIANA, 2007).

Ainda que na organização, caso seja preciso o espaço que a instituição infantil oferece a criança poderá futuramente ser modificado para atender melhor a sua interação social e pedagógica. A organização deste espaço físico deve comportar um ambiente que permita as atividades diversificadas como jogos, leituras, brincadeiras, higienização, etc. Certas pesquisas como cita o RCNEI, indicam espaços com ambientes divididos para melhor interação do que grandes áreas com livre acesso, explica-se que a criança interage melhor nos espaços pequenos e aconchegantes da qual o adulto possa visualizar e supervisionar a ações da criança, os elementos para a divisão deste ambiente pode ser usado caixas, biombos baixos, prateleiras baixas, pequenas casinhas, entre outros diversos que favorece o momento pessoal da criança acaso deseje. A organização do ambiente com cuidados especiais revela a qualidade de vida na creche e/ou pré-escola, pois o ambiente coletivo busca condições adequadas para o contexto educacional. Com isso fazem parte desta organização do espaço cadeiras, berços, sanitários, iluminação, ventilação, objetos, brinquedos, refeitório, etc para

atender a criança em todos seus momentos e fases de desenvolvimento com o uso indissociavelmente do cuidar e educar na educação infantil (BRASIL, 1998, p.69).

Este ambiente em seu planejamento, elaboração e organização requer cuidados e atenção para oferecer a criança o atendimento específico de qualidade, para as autoras Carvalho e Rubiana (2007, p.109) apud David e Weinstein (1987) todos os ambientes construídos deveriam atender as funções de promover a identidade pessoal, desenvolvimento de competências, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança e oportunidade para contato social e privacidade.

As ideias e dicas a serem seguidas para o espaço físico externo da instituição de educação infantil, baseia-se em: “[...] criar espaços lúdicos que sejam alternativos e permitam que as crianças corram, balancem, subam, desçam, e escalem ambientes diferenciados, pendurem-se, escorreguem, rolem, jogue bola, brinquem com água e areia, escondam-se, etc.” Da qual possa assim proporcionar:

O estabelecimento de um clima de segurança, confiança, afetividade, incentivo, elogios e limites colocados de forma sincera, clara e afetiva dão o tom de qualidade da interação entre adultos e crianças. O professor, consciente de que o vínculo é, para a criança, fonte contínua de significações, reconhece e valoriza a relação interpessoal (RCN, 1998, p.49).(BRASIL, 1998, p.49)

Outro fator indispensável para o espaço físico infantil é o bom planejamento da segurança necessária do ambiente para atender as crianças com materiais de boa qualidade, eficácia e durabilidade. No entanto a criação de um ambiente de cuidado deve considerar o desenvolvimento e a faixa etária da criança que a caracteriza em seu crescimento e acompanhamento deste processo, cabe a instituição infantil planejar e organizar o espaço e os momentos a serem praticados tudo conforme a criança que será atendida ao longo do tempo. A segurança e proteção que o espaço físico infantil deve propor a criança não cercam as oportunidades de buscas, explorações e conhecimentos em novas habilidades, mas acompanha positivamente e qualifica os progressos que a criança estabelece e alcança.

4.5 Indicadores da qualidade na educação infantil

Em 2009 o MEC como continuidade política de atendimento a educação infantil divulgou o material Indicadores da Qualidade na Educação Infantil com ajuda da Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), da Ação Educativa, da

Fundação Orsa, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com processos de discussões, revisões e testes do instrumento. Este instrumento tem como metodologia autoavaliativa indicadores de qualidade, visando a seguinte compreensão:

De que forma os diferentes segmentos envolvidos, direta ou indiretamente, com o cuidar/educar crianças pequenas nas creches -direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários e pais -, participam e contribuem com o processo de construção da qualidade através da autoavaliação (RIBEIRO, 2010, p.21).

Entretanto, esta realização de autoavaliação não é de cunho obrigatório, mas o MEC recomenda que as instituições tanto públicas quanto privadas utilizem este documento. Os Indicadores têm como processo definir e avaliar a qualidade da educação infantil para assumir um potencial transformador que abrange os participantes do processo educativo (gestores, educadores, funcionários, pais, comunidade, conselheiros tutelares, etc.). Neste sentido autoavaliação possibilita a reflexão e ação para aperfeiçoar o trabalho social e pedagógico da instituição de educação infantil, este documento se apresenta como flexível para seus diversos modos de uso e criatividade da instituição em sua prática (RIBEIRO, 2013, p.67).

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil trabalham a concepção de qualidade considerando sete dimensões. As dimensões a serem discutidas, através do material Indicadores da Qualidade na Educação Infantil pelo MEC consistem em:

Dimensão 01- planejamento institucional: As instituições de educação infantil como creche e pré-escola são destinadas a educação e a promover integralmente o desenvolvimento das crianças até seis anos de idade, são espaços de formação para integrantes da equipe responsável e para as famílias presentes. Para a realização deste trabalho e condições para os bons resultados é de grande importância que todos tenham a informação e a ideia de clareza dos objetivos da instituição e atuação de modo construtivo para este meio. A proposta pedagógica é um documento que pode auxiliar e orientar as atividades desenvolvidas a partir da equipe da instituição, este documento é elaborado e discutido por todos seguido do conhecimento da realidade da instituição e a comunidade que acerca, apontando os objetivos que se quer abranger a criança e os dominantes meios para alcançar. A elaboração deste material acontece com a equipe da instituição que se atualiza por meio de orientações legais vigentes e conhecimentos a respeito da educação infantil. A proposta pedagógica deve ser utilizada como instrumento de trabalho com revisões com o embasamento nas experiências vivenciadas na instituição, nas avaliações do trabalho e nos desafios que surgem, entretanto as

atividades desenvolvidas com as crianças devem ser registradas e documentadas para a permissão de trocas de informações da equipe escolar, o acompanhamento dos progressos e a comunicação com a família. (BRASIL, 2009, p.37).

Dimensão 02 multiplicidade de experiências e linguagens: Ao longo de seu desenvolvimento a criança constrói autonomia, de acordo com as etapas vivenciadas são diversas possibilidades de expressão e atuação. Neste momento a instituição de educação infantil precisa estar preparada e organizada para valorizar esta autonomia da criança, o ambiente (local) e os materiais que são dispostos devem estimular e autorizar como forma de liberdade a escolha da criança. Além disso, o desenvolvimento das atividades deve ser variado em individualmente, pequenos e grandes grupos. O profissional ali presente necessita em sua atuação a incentivação pela busca desta autonomia da criança com a presença constante de atenção para a interação e o apoio para a criança durante este processo importante. O planejamento das atividades segue em ritmo de variação, disponibilidade de espaço e materiais necessários para as diferentes expressões, brincadeiras, aprendizagens, explorações, conhecimentos e interações. (BRASIL,2009 p.40).

Dimensão 03 interações: A instituição de educação infantil abrange um grupo de adultos e crianças no seu dia a dia sendo espaço coletivo que tem interação de ambas partes em determinadas ações e práticas cotidianas, estas interações devem ser de características formadoras e orientadas nos valores sociais que fundamentam a proposta pedagógica. Nesta relação o adulto demonstra em sua forma e atuação na instituição para uma vivência de cooperação, socialização, respeito e cuidados atos que são observados e aprendidos pelas crianças que desenvolvem juntamente. Caso contrário, o adulto não tenha esta posição em suas atitudes, a criança não desenvolve as principais e as importantes práticas sociais e educativas para seu bom desenvolvimento. Já o vínculo de interação de ambas as crianças, deve haver observações e quando necessária a interferência do profissional para resolver situações de grandes conflitos, o favorecimento de interações com aspectos positivos e de enriquecimento deve meta prioritária de toda instituição. (BRASIL, 2009, p.45)

Dimensão 04 promoção da saúde: Nas instituições de educação infantil a criança precisa estar segura em seu estado de cuidados a saúde, a atenção a este aspecto é importante e de imensa responsabilidade. Em suas práticas cotidianas na instituição é necessário garantir a prevenção de acidentes, higienização e alimentação saudável para boas condições de desenvolvimento da criança. Competências de orientação, condutas em adequação a cada faixa etária atendida, informações e comunicação com a equipe escolar e a família são elementos para melhor atuação diante a saúde da criança.(BRASIL, 2009, p.48).

Dimensão 05 espaços, materiais, imobiliários: Os espaços físicos da instituição de educação infantil devem refletir a concepção de educação e cuidados respeitando o desenvolvimento da criança em seu aspecto físico, afetivo, cognitivo, social e criativo. Detalhes como um local limpo, arejado, iluminado e prazeroso atende as necessidades da criança e do adulto presente para rendimento das atividades planejadas e áreas como jardins, de maior espaço são representadas para atender as necessidades da criança de expressão, jogos, brincadeiras, etc. O mobiliário deve ter como planejamento características minuciosas como a altura da visão da criança, o alcance dos objetos e materiais contidos no local, as cores e formas ilustradas no ambiente que são orientados para a autonomia da criança. O ambiente deve construído para a exploração da criança. Os espaços e as atividades propostas à criança devem ser adequados a sua necessidade, ao seu desenvolvimento e a sua idade para atender a etapa de socialização da criança. O manuseio, o cuidado, a orientação e a preservação do ambiente e dos materiais para a conservação são relevantes para a visão de qualidade do trabalho no aspecto de cuidar e educar que a instituição de educação infantil tem estabelecido para atender a criança. Os registros, as divulgações e as exposições dos trabalhos realizados na instituição devem estar contidos no espaço para estímulo a trocas e novas idéias e/ou iniciativas de novas práticas pedagógicas.(BRASIL, 2009, p.50).

Dimensão 06 formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais: Na qualidade da educação, um dos fatores influentes da qualidade é a qualificação dos profissionais que trabalham na instituição. A harmonia de professores valorizados em formação e salário, o apoio da gestão, da coordenação pedagógica e demais profissionais de toda a equipe escolar são elementos fundamentais para a construção da educação infantil de qualidade. O trabalho pedagógico em geral de grande responsabilidade necessita de valorização na instituição e na comunidade, na instituição as condições de trabalho devem estar associados com as diversas tarefas que relacionam o processo de cuidados e educação das crianças e na comunidade o recomendável é o dialogo e a comunicação da interação da família em interesse de conhecer e melhorar o trabalho educativo desenvolvido com as crianças, realizados pelos profissionais da instituição. (BRASIL, 2009, p.54).

Dimensão 07 cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social: Para garantir a qualidade da educação infantil é fundamental a presença da família com os profissionais da instituição, esta aproximação e relação que se cria neste meio é observado e analisado pela a criança. A convivência que se constroem da criança no espaço escolar como meio de socialização e desenvolvimento envolvendo a diversidade é enriquecedor quando a família esta presente, com esta participação a instituição esta favorecida a trocar

informações e conhecimentos em ações com a família e com os profissionais do ambiente. Permitindo assim elementos para apoio a convivência da criança, realce de suas potencialidades, superação dos erros e dificuldades contribuindo para processo de cuidar educar. Em termos de direitos da criança os responsáveis além da família e da instituição de educação infantil, é a participação da própria instituição com a Rede de Proteção aos Direitos das Crianças que ambos são visados como contribuição do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, conforme é estabelecido o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 2009, p.57).

Observa-se assim que com a aplicação dos Indicadores é possível de forma objetiva e acessível identificar os pontos positivos e negativos na instituição de educação infantil, de modo que todos os presentes tenham conhecimento e participação para discussão e decisão de melhorias desta qualidade. É de grande importância destacar que esta responsabilidade é direcionada a todos os membros participantes e também a entidades, órgãos públicos e não governamentais, entre outros para cooperar na melhoria de qualidade da instituição (MEC, 2009).

Conclui-se assim, que a busca pela qualidade da educação infantil vai além da responsabilidade da instituição infantil e da sua comunidade participante. Tal responsabilidade como foi visto nesta pesquisa engloba aspectos importantes e relevantes da educação infantil como compreender o conceito de qualidade, valorizar o perfil do profissional e a sua atuação, estabelecer que a proposta pedagógica garanta objetivos em prol a criança e desenvolver o espaço físico que explora todo o desenvolvimento da criança.

5 A PESQUISA

5.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo possibilitando a compreensão da visão dos profissionais da educação infantil sobre uma educação infantil de qualidade

De acordo com André apud Horn, Diez, (2003, p.75) a pesquisa qualitativa possibilita compreender o significado atribuído pelos entrevistados:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Já Minayo 2000 refere-se que:

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de aspirações, crenças, valores, e atitudes, contribuindo dessa forma para a compreensão adequada de certos fenômenos sociais de relevância no aspecto subjetivo. Possibilita aos participantes da pesquisa expressarem suas percepções e representações valorizando o conteúdo apresentado pelos sujeitos (MINAYO, 2000.).

No que se refere ao tipo de pesquisa, foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo. Com a pesquisa bibliográfica foi traçada a história da educação infantil considerando a sua importância e progressos, desde o seu surgimento até os dias atuais, bem como os aspectos necessários para a configuração de uma educação infantil de qualidade. Deste modo foram utilizados diversos autores que discutem o tema, como Oliveira (2002), Kuhlmann (1998), Guimarães e Garms (2013), entre outros.

Para realização da pesquisa de campo foram utilizados os instrumentais da observação e questionários.

A observação foi realizada no período de 29 de setembro a 10 de outubro. A rotina das instituições foram observadas e registradas em diário de campo. No que se refere a rotina na creche foram observados os momentos de chegada das crianças, refeições, atividades pedagógicas, momentos do banho, descanso e saída das crianças. Na pré-escola a rotina também acontece pelos momentos de chegada, desenvolvimento de atividades pedagógica e refeições. Para a realização da observação nas instituições infantis foi necessário a autorização da gestora da creche, por ser caracterizada como instituição filantrópica, e para a pré-escola foi necessário a autorização da responsável do Setor da Educação e da Cultura da

cidade. O questionário apresentado para as entrevistadas foi elaborado com questões objetivas e fechadas referenciadas no documento do Ministério da Educação “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” embasado nas dimensões estabelecidas pelo documento e aplicado junto as professoras e gestoras das instituições que foram selecionadas aleatoriamente

5.2 Caracterização do universo de pesquisa

A pesquisa realizada foi desenvolvida em duas instituições de educação infantil da cidade de São Joaquim da Barra, sendo uma creche e outra pré-escola. A instituição pesquisada na modalidade de creche tem a característica de cunho filantrópico mantida financeiramente com o apoio da Maçonaria e órgãos conveniados com a prefeitura municipal da cidade. Foi fundada em 21 de abril de 1976, localizada em bairro central com o atendimento das 7 horas da manhã até às 16h30min horas da tarde de segunda-feira a sexta-feira. Atende duzentos e dez crianças na faixa etária de um ano e três meses a seis anos de idade tendo como filosofia um atendimento sem distinção de raça, cor ou credo religiosa.

Em sua estrutura organizacional a creche tem duas turmas de Maternal I e duas turmas de Maternal II, não havendo o berçário por falta de espaço. A instituição tem uma ampla lista de espera e não consegue atender toda a demanda. O espaço físico da instituição possui uma grande área, porém não é bem distribuído e não responde aos padrões exigidos para o funcionamento das instituições de educação infantil, como será abordado no decorrer da pesquisa.

A pré-escola é municipal recebendo apoio financeiros da prefeitura e apoio pedagógico do Setor da Educação e da Cultura. Foi fundada em 1996 e se localiza no bairro central da cidade com o atendimento das 7 horas da manhã às 16h30min horas da tarde, de segunda-feira à sexta-feira. A pré-escola atende duzentos e vinte e sete crianças na faixa etária de quatro a sete anos de idade, nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I tendo como objetivo oferecer as crianças condições necessárias para o seu desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual respeitando as diferenças individuais e mantendo cada vez mais o entrosamento entre pais, escola e comunidade.

A pré-escola apresenta a seguinte estrutura organizacional : duas salas de Pré I, uma sala de Pré II no período da manhã e uma sala de Pré I, duas salas de Pré II no período da tarde, sendo que a pesquisa foi realizada em duas turmas de Pré I e uma turma de Pré II. A

instituição tem lista de espera, pois não atende a toda demanda, sendo as crianças encaminhadas para outras instituições. Além do espaço físico da pré-escola, algumas das atividades da instituição acontecem no espaço da escola de Ensino fundamental I, que fica ao lado da mesma.

5.3 Discussão e análise de dados

Considerando os dados dos questionários e observação realizada nas instituições foram elencadas como categoria de análise alguns aspectos que configuram uma educação infantil de qualidade, dentre eles: perfil dos profissionais, a proposta pedagógica e o espaço físico.

A verdadeira construção da qualidade da educação infantil está vinculada ao perfil do profissional da educação mediante a sua formação e a suas ações pedagógicas; a proposta pedagógica que deverá ser elaborada coletivamente com a participação do gestor, profissionais e famílias e o espaço físico escolar, o qual deverá oferecer aos participantes, desde a criança até o profissional da educação infantil, desenvolver aspectos sociais, afetivos, emocionais, culturais.

5.3.1 Profissional da educação infantil

A creche tem como quadro de funcionários uma gestora, as educadoras, profissionais da limpeza, cozinheiras, além de psicóloga e nutricionista. A pré-escola apresenta em seu quadro de funcionários uma gestora, professoras, uma professora auxiliar de sala de aula, uma professora de Arte, uma professora de Informática e um professor de Educação Física, profissionais da limpeza, ajudantes de cozinha, e duas inspetoras de aluno.

As educadoras e as professoras que foram escolhidas para a entrevista foram as mesmas que acompanharam as observações realizadas nas instituições infantis. Assim três educadoras e três professoras responderam o questionário complementando as observações na pesquisa de campo e momentos de conversa.

As educadoras da creche pesquisada cursam o curso de graduação de Pedagogia a distância para atender as exigências que a Direção da instituição impõe para esta formação, conforme explica a própria gestora. Destas educadoras entrevistadas, somente uma apresenta formação em nível médio na modalidade normal que é conhecido como o antigo Magistério. O tempo de atuação profissional das creches oscila de seis meses à três anos. Todas

as professoras da pré-escola possuem a formação em nível médio na modalidade normal, e somente uma não tem a formação do curso de Pedagogia. O tempo de atuação no magistério das profissionais é acima de vinte anos. Conforme Oliveira (2011) apud Angotti (2007):

O professor precisa avivar em si mesmo o compromisso de uma constante busca do conhecimento como alimento para o seu crescimento pessoal e profissional. Isto poderá gerar-lhe segurança e confiabilidade na realização do seu trabalho docente [...] (ANGOTTI, 2007, p.64).

Nota-se pelas respostas do questionário e em conversas com as educadoras da creche que todas as entrevistadas estão em construção de sua formação cursando a Pedagogia e buscando conhecimentos e informações com trocas de experiências com para melhor desenvolvimento de atuação na área.

Na pré-escola as professoras se atualizam amplamente por meios de leituras e estudos com livros, revistas, artigos, filmes, presença em palestras, trocas de experiência e somente uma professora atualiza-se com a especialização/pós-graduação.

Partindo para a questão da prática pedagógica, as entrevistadas da creche afirmam que há a presença do lúdico e a estimulação de linguagem oral e escrita em sua prática, porém foi observado que há a falta da ludicidade nas atividades realizadas na rotina que deve ser cumprida durante a semana, pois a maior parte do tempo fica para atender os cuidados de alimentação (café da manhã, almoço, mamadeira e lanche da tarde) e saúde (banho, troca de fraldas); as educadoras também afirmam que há o estímulo da linguagem oral e escrita por meios de contação de histórias, porém no decorrer da observação foi constatado que as rodas de histórias quase não acontecem na rotina. O acesso aos livros é bastante limitado, pois quando as crianças são levadas para brinquedoteca são impedidas de manusearem os livros, a fim de que seja mantida a “organização” do ambiente.

Voltada para a pré-escola pesquisada, as professoras também fazem a mesma afirmação sobre a presença do lúdico e a estimulação de linguagem oral e escrita. Nas observações foi constatada a presença do lúdico somente em uma aplicação de jogo, conhecido como “stop de palavras” que a professora da turma de Pré II proporcionou em sala de aula, realizado com uma listagem de palavras que começassem com determinada letra do alfabeto. A linguagem oral e escrita é estimulada por meios de contação de história, leitura de livros, manuseio de livros e revistas e produções de textos como escrita do nome ou a própria listagem de palavras. Foi observado que o desenvolvimento das atividades acontece de

forma repetitiva, mecânica, visando a memorização do conteúdo desenvolvido. Guimarães e Garmes (2013) ressaltam a proposta pedagógica como um plano de orientações das ações que o profissional da educação infantil estabelece para promover metas que devem ser alcançadas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) complementam que a proposta pedagógica necessita promover as experiências e interações da criança para o seu próprio desenvolvimento.

5.3.2 Proposta pedagógica

Para a discussão da proposta pedagógica das instituições pesquisadas foram entrevistadas as gestoras de cada instituição infantil e observações realizadas na rotina de cada instituição.

Conforme as gestoras entrevistadas a proposta pedagógica foi elaborada em forma de documento que é conhecida por professores, funcionários, pais e/ou responsáveis e a comunidade. A elaboração da proposta pedagógica da creche foi feita pela própria gestora da instituição através de estudos e aperfeiçoamentos para atender melhor a criança. Na pré-escola a proposta pedagógica foi elaborada pelas coordenadoras pedagógicas do Setor da Educação e da Cultura e com a união de professores da rede de ensino. Contudo, o acesso a proposta pedagógica foi apresentado somente pela pré-escola, que autorizou a leitura detalhada dos principais objetivos que são direcionados ao desenvolvimento da criança.

As atividades propostas pedagogicamente como brincadeiras, vivências, produções e aprendizagem de cada criança são registradas pelas educadoras e pelas professoras em um diário de classe.

A inserção da proposta pedagógica foi observada na rotina de atividades de ambas as instituições infantis para analisar e compreender a sua relevância. Nas observações realizadas na creche a rotina é fortemente destacada por atividades de cuidados marcadas por um caráter assistencialista. Apesar da Política Nacional de Educação Infantil considerar o cuidar e educar como funções das instituições de educação infantil, os cuidados observados não tem esta dimensão, pois a preocupação é restrita com a questão da higiene e alimentação, sem que haja uma preocupação com o desenvolvimento global das crianças.

Na pré-escola a rotina é caracterizada por atividades voltadas à preparação da criança para o Ensino Fundamental I, em sua fase de alfabetização. As professoras trabalham com atividades que não exploram a liberdade, o questionamento e a própria construção da resposta pessoal da criança, havendo assim a total interferência e mediação da professora para aplicar,

ensinar e dar a resposta do conteúdo. Atividades como escrever o nome próprio, pontilhar a letra do alfabeto, ligar os pontos, fazer listagem de palavras simples, circular as vogais, e relacionar a palavra com o desenho fazem parte da rotina das atividades pedagógicas.

Nesta pré-escola o professor de Educação Física trabalha de forma lúdica utilizando jogos e brincadeiras, respondendo aos propósitos das diretrizes curriculares nacionais para educação infantil que enfatiza a importância do lúdico no trabalho pedagógico. A professora de Arte também desenvolve um trabalho diferenciado favorecendo a expressão da criança por meio de atividades significativas e materiais pedagógicos diferenciados rompendo com o modelo tradicional de ensino. Compreende-se que a proposta pedagógica é a articulação de experiências e saberes das crianças que estruturam o cotidiano da criança buscando o conhecimento cultural, artístico e científico (GUIMARÃES; GARMS, 2013). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) complementam que a proposta pedagógica deve ter como objetivo a garantia da criança em acesso de inovação e articulação de conhecimentos com aprendizagem voltada para autonomia com vivências e interação com a arte.

5.3.3 Espaço físico

O espaço físico escolar é componente fundamental que complementa com os outros aspectos importantes como o perfil do profissional da educação infantil e a proposta pedagógica. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) o espaço físico e o modo de sua organização refletem nas atividades propostas visando o lugar, o espaço, e até mesmo os materiais utilizados.

A creche é caracterizada pelo seu espaço físico com grande área de jardins; uma sala de direção com computadores e armários; uma cozinha; banheiros para as crianças com chuveiros para o banho e banheiros para os funcionários; quartos com vários colchões; refeitório com mesas, bancos e televisão com DVD; brinquedoteca com muitos livros, filmes, brinquedos, fantoches, televisão e DVD, piscina de bolinhas, carteiras e cadeiras e um enorme pátio que as crianças ficam divididas em suas turmas antes do horário de almoço para as atividades rotineiras. Porém, não há espaço para abranger a turma do berçário, por isso não há crianças desta faixa etária, segundo uma educadora em conversa durante as observações afirma que a creche ainda passará por reformas e construções no próximo ano para atender melhor as crianças.

Foi observado na creche que as crianças enquanto estão na brinquedoteca não podem ter acesso a recursos literários com os variados livros que ficam expostos em prateleiras, para manter a organização do ambiente. Neste espaço o recurso utilizado é o DVD de animações infantis como Galinha Pintadinha, Peppa, Dora Aventureira e Pica-Pau. No pátio as crianças devem permanecer de preferência todos sentados no chão para brincarem com os lego que são distribuídos para cada criança. No momento do banho, as crianças são levadas em grupos de três a quatro no máximo sendo do mesmo sexo.

Já a pré-escola é caracterizada por uma sala de coordenação, uma sala de professores, banheiros para os funcionários e banheiros para os alunos, cinco salas de aula com carteiras e cadeiras coloridas e lousas digitais, uma brinquedoteca, uma sala de informática, um quarto de despensa, refeitório e pátio com brinquedos estabilizados (balanço, escorregador, cesta de basquete). Durante os dias de observações a brinquedoteca estava em reforma. A instituição não apresenta área para acontecer aulas de Educação Física e os eventos comemorativos que são feitos durante o ano, sendo utilizada a quadra de jogos de outra instituição escolar de Ensino Fundamental I que é localizada no mesmo quarteirão. As crianças têm acesso a sala de informática mediada pela professora e a acesso ao pátio no momento de recreação para usufruir livremente dos brinquedos.

As observações das instituições infantis enfatizam que falta a presença das práticas lúdicas por parte do profissional da educação para explorar e abranger o espaço físico de modo pedagógico. O material RCN (1998) evidencia que além do espaço físico organizado para atender as propostas e os objetivos de estimular e enriquecer o desenvolvimento social, cultural, cognitivo, afetivo e motor da criança a presente participação do professor é indispensável para a mediação e interação pedagógica. Entende-se que o espaço físico deve promover a construção da identidade, desenvolver competências, oportunidades de crescimento e despertar sentimento de acolhimento e segurança à criança (CARVALHO; RUBIANA, 2007, p.109 apud DAVID; WEINSTEIN, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa foi observado que a educação infantil em sua trajetória histórica passou por diversas mudanças, transformações e progressos para alcançar metas e objetivos na área da educação até os dias atuais.

A presente pesquisa buscou compreender o que é a educação infantil de qualidade, tendo como parâmetros alguns indicadores de qualidade apontados por documentos oficiais, dentre eles o perfil do profissional da educação infantil, a proposta pedagógica e o espaço físico.

Compreende-se que o profissional da educação infantil deve estar preparado tanto em sua formação acadêmica quanto na realização de suas práticas pedagógicas para trabalhar de forma construtiva para atender as necessidades e o desenvolvimento da criança, porém este profissional ainda está em fase de crescimento para a sua formação acadêmica e reformas para seu modo de atuar pedagogicamente com práticas indissociáveis do cuidar e educar, e a verdadeira relevância e significação da atuação para a criança.

Contudo a proposta pedagógica é de extrema importância a sua elaboração de forma coletiva para a instituição obtendo objetivos que possam nortear e estabelecer as práticas na educação infantil, como foi observado não basta apenas a instituição infantil ter este material, mas abranger e idealizar práticas pedagógicas norteadas pela proposta pedagógica para não acomodar em cuidados de caracterização assistencialista como a creche e atividades repetitivas, mecânicas e sem conteúdo no caso da pré-escola.

O espaço físico em sua organização e preparação para receber a criança, deve estar acomodado em seu espaço e materiais imobiliários para a construção e exploração do desenvolvimento da criança, no que se observa na prática este espaço não está como se sugere de modo apropriado e sendo utilizado pelo próprio profissional da educação infantil como meio para ampliar a prática pedagógica e desenvolver a capacidade da criança de autonomia, independência, criação, entre outros aspectos importantes.

Deste modo, conclui-se que atualmente a educação infantil ainda perpassa por mudanças e avanços para melhorias na sua forma de atendimento. A qualidade da educação infantil enfatizada nestes três componentes como eixos importantes está em reformas para

estruturar o profissional da educação infantil, abranger e efetuar a proposta pedagógica e por fim recriar o espaço físico com pleno aproveitamento do lugar e dos recursos materiais que podem e influenciam positivamente no desenvolvimento sócio educacional da criança inserida no espaço.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A.L.N.de; DIAS, A.A.. Formação do professor de educação infantil: políticas e processos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Mediação, 2013.

ANDRADE, L.B.P.de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. 2009.173 p. Tese Doutorado Serviço Social Faculdade de História, Direito e Serviço Social UNESP de Franca, Franca.

ANGOTTI, M.. Semeando o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Z.de M.R. de (Org). **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1994.

BUJES, M.I.E.. **Educação infantil: pra que te quero**. In: CRAIDY C.; KAERCHER E. G. (Org.). Porto Alegre: Artmed, 2001. (Org.)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 agosto 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 agosto 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação infantil**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores de qualidade na educação infantil**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 13 agosto 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1996.

CAMPOS et al. **A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais Brasileiras**. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000100003. Acesso em: 21 outubro 2014.

CARVALHO, M. I. C.de; RUBIANO, M.R. B.. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Z.de M.R.(Org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CRAIDY, M.;KAERCHER, G. **Educação Infantil: pra que te quero**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A.. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GUIMARÃES, M. Célia; GARMS, Z. M. Gilza. Currículo para a educação e o cuidado da criança de 0 a 5 anos? **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Mediação, 201.

KUHLMANN, M.. **Infância, história e educação**. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. p.15-33.

KUHLMANN, M.. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo,n.14,mai-ago.2000

KUHLMANN, M.. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil**. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. p.81-101.

KUHLMANN, M.. **A educação assistencialista**. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação,1998.p.81-124.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: _____. (Org). Pesquisa Social. 17. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NUNES; CORSINO; DIDONET. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.p.102.

OLIVEIRA, Z.R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. Editora Cortez. Ano 2002.

PASCHOAL, MACHADO. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. **Revista HISTEDBR OnLine** . Campinas. n.33, p.78-95, mar.2009.

RIBEIRO, Bruna. Indicadores da qualidade na educação infantil: potenciais e limites. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Mediação,

ANEXO**QUESTIONÁRIO COM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

1- Possui a habilitação em nível médio na modalidade Normal?

Sim Não

2- Possui a formação em Pedagogia?

sim não estou cursando

3- Quanto tempo de atuação em licenciatura apresenta?

3 anos 5 anos 10 anos 20 anos 30 anos ou mais

4- Como profissional da Educação Infantil como você se atualiza na área da educação?

livros revistas artigos cursos palestras filmes trocas de experiências especialização/pós-graduação outros

5- Em sua prática pedagógica há presença do lúdico nas atividades?

sim as vezes não

6- Em relação a linguagem oral e escrita. É estimulado por meios de:

contação de histórias leitura de livros manuseio em livros e revistas produção de textos (escrita do nome próprio, listagem de palavras) outros.

6- No espaço acontecem modificações e mudanças de recursos materiais, e objetos para melhor desempenho e desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, cultural, entre outros da criança?

sim as vezes não

ANEXO**QUESTIONÁRIO COM GESTOR**

1- A instituição tem uma proposta pedagógica em forma de documento, conhecida por todos?

() Sim () Não

2- A proposta pedagógica foi elaborada e é periodicamente atualizada com a participação das professoras, demais profissionais e famílias, considerando os interesses das crianças?

() Sim () Não

3- Cada professora faz registros sobre as brincadeiras, vivências, produções e aprendizagens de cada criança e do grupo?

() Sim () as vezes () Não

4- A equipe da instituição conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação para supervisionar e avaliar o desempenho da instituição?

() Sim () as vezes () Não

5- A proposta pedagógica estabelece diretrizes para valorizar as diferenças e combater a discriminação?

() Sim () Não

6- Há espaço organizado para a leitura, como biblioteca ou cantinho de leitura, equipado com estantes, livros, revistas e outros materiais acessíveis às crianças e em quantidade suficiente?

() Sim () Não